

O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização

Flávio Sacco dos Anjos*

Doutor em Sociologia e Desenvolvimento Rural e Professor e Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas.

Nádia Velleda Caldas**

Cientista Social do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas.

Resumo

Este artigo analisa a importância da agricultura familiar e as transformações que atravessa o meio rural da Região Sul do Brasil, produzidas fundamentalmente pelo modelo de modernização conservadora da agricultura, com ênfase na masculinização e no envelhecimento populacional. Tais fenômenos se inserem no quadro de desagrarização da sociedade brasileira, entendida enquanto declínio da agricultura na economia nacional, na geração de renda e na ocupação para a população rural, fenômeno este que, como aludem os autores, não pode ser confundido como desruralização, como tendência inexorável a incidir sobre os espaços não densamente urbanizados.

Palavras-chave

Ruralidade; masculinização; envelhecimento.

Abstract

This article analyse the importance of family farming in the Southern Region of Brazil and the changes that took place at the rural areas associated with the

* E-mail: flaviosa@ufpel.tche

** E-mail: nvcaldas@ufpel.edu.br

pattern of modernization, focusing on masculinization of rural societies and ageing of farm occupiers. Such phenomena are related with agrarian decline in the economic role of agriculture. According to the authors this can not be understood as a decline in rurality affecting spaces not heavily urbanized. Technological, demographic and economic changes can modify the agricultural sector as a whole mainly the peasant families, villages and institutions.

Key words

Rurality; masculinization; aging of the population.

Classificação JEL: J11.

Artigo recebido em 22 set. 2004.

Introdução

Os marcos de referência da agricultura e do mundo rural vêm sendo radicalmente alterados nas últimas décadas. O terceiro milênio inicia-se evidenciando a presença de rupturas de natureza demográfica, econômica, social e cultural, engendradas não somente a partir das demandas impostas pelo conjunto da sociedade brasileira e latino-americana, mas, sobretudo, pelas transformações estruturais decorrentes do caráter da modernização das atividades produtivas. Como é sabido, o intervalo de tempo compreendido entre as décadas de 60 e 80 do século XX coincidiu com o auge da modernização conservadora, cujos desdobramentos se fizeram notar não somente do ponto de vista da alteração na base técnica de produção agropecuária, mas como um dos mais importantes vetores de mudança social. Não nos estamos reportando apenas ao fato de que, no período sublinhado, houve um êxodo rural sem precedentes que remeteu às cidades cerca de 30 milhões de pessoas, as quais, vítimas da exclusão social, precariamente sobrevivem na periferia de muitas cidades e grandes metrópoles do País. Referimo-nos igualmente a um processo no qual,

junto à ampliação do comércio mundial, à liberalização dos mercados e à internacionalização da produção agrícola, foi sendo drasticamente reduzido o caráter agrário e rural de nossa sociedade. Frente a tal assertiva, não são poucas as vozes contrárias que, aos quatro ventos, reafirmam a pujança de supersafras e o expressivo papel que assumem nossas exportações no financiamento dos compromissos internacionais. O fato é que, malgrado alguns exageros de interpretação, nosso setor agrário adquire importância justo num momento em que os demais setores aparecem mergulhados numa profunda recessão que se arrasta há pelo menos cinco anos. É verdade que a produtividade agrária tem crescido espetacularmente ao longo do tempo, mas esse comportamento, que acompanha a experiência internacional, tem sido identificado, de modo recorrente, por uma retração no nível de emprego na agricultura. Esse quadro é realimentado pelo contínuo declínio das rendas agrárias que obriga os produtores a um permanente estado de renovação tecnológica para aumentar a produtividade dos fatores. A metáfora do *treadmill* (esteira rolante) é bastante oportuna para expressar essa dinâmica incidente sobre o conjunto da produção agropecuária e que reduz os agricultores à dependência de inovações que lhes garantam aumentos progressivos no rendimento de suas atividades (Cochrane, 1979).

O resultado é que nem a agricultura, nem o mundo rural possuem o mesmo nível de protagonismo de antanho. Se, nos anos 60, nada menos que 45% da população total (70 milhões de pessoas) viviam nas cidades, em 2000 essa proporção se elevou a 81,2% de um total de 170 milhões. Por outro lado, se, até meados dos anos 50, aproximadamente dois terços das exportações brasileiras provinham da agricultura, nos anos 90 estas apenas alcançavam 35%, havendo passado sua participação no Produto Interno Bruto de mais de 20% nos anos 60 para apenas 11% 30 anos mais tarde. Tal constatação se vê confirmada em recentes estudos (Schneider, 2003; Anjos, 2003; Silva, 1999, dentre outros), os quais insistem, baseados na análise de estatísticas do IBGE (PNAD¹), que os últimos 10 anos testemunharam um certo arrefecimento na migração rural-urbana, chamando, entretanto, atenção para o fato de que, simultaneamente ao declínio na proporção de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, se incrementa, a taxas francamente positivas, o universo de pessoas absorvidas em atividades não agrícolas. Some-se a isso a constatação de que cresce notavelmente a população não ocupada (aposentados, desempregados e pensionistas) residente no meio rural. Ainda que os dados sejam por si só bastante eloqüentes,

¹ **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, realizada anualmente, em todo o território nacional.

apenas muito recentemente esses temas vêm sendo incorporados às agendas dos investigadores sociais latino-americanos. Não é nossa intenção explorar essas questões neste artigo, senão examinar outras mudanças mais específicas, cuja repercussão, na dinâmica do mundo rural brasileiro, se apresenta como particularmente decisiva. Este texto tratará de um desses processos, qual seja, o da transformação demográfica dos espaços rurais na Região Sul do Brasil, centrando-se não só em demonstrar a natureza das mudanças e as formas que elas assumem, senão também em analisar suas possíveis causas explicativas e as condições que favoreceram sua aparição. Nosso foco de interesse recai sobre três grandes fenômenos, os quais, segundo nosso entendimento, se apresentam como mutuamente implicados: a **concentração urbana**, a **masculinização** e o **envelhecimento** da população rural. Para tanto, além desta **Introdução**, a primeira seção é dedicada a um breve resgate das características gerais do contexto empírico a que se refere este estudo, ao passo que a segunda analisa o processo de modernização conservadora, por entendermos que, sob a égide do mesmo, podemos encontrar algumas das chaves explicativas dos fenômenos mencionados. Nas duas seções subseqüentes, nossa atenção recai sobre o tema da concentração urbana, da masculinização e do envelhecimento da população rural do Brasil meridional. O artigo é concluído com uma reflexão sobre o futuro do mundo rural brasileiro, destacando a necessidade de um novo marco político e institucional no qual o esforço essencial seja o de explorar o enorme potencial que encerra a sociedade rural brasileira com vistas à adoção de estratégias de inclusão social e redução de desigualdades sociais, políticas e geográficas.

Colonização e agricultura familiar na Região Sul do Brasil

Integrada pelos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, a Sul é a segunda região econômica mais importante do Brasil, justo depois da Região Sudeste, liderada pelo Estado de São Paulo. O último **Censo Demográfico** (IBGE, 2001) registrou uma população total de 25.107.616 habitantes, sendo o Rio Grande do Sul o estado mais populoso (10.187.798 hab.), seguido do Paraná (9.563.458 hab.) e de Santa Catarina (5.356.360 hab.). A mesma fonte indica ainda que apenas 19% da população sulista vive no âmbito rural. Por outro lado, sua importância econômica reflete-se no fato de que, ocupando apenas 6,7% da superfície total do território brasileiro (equivalen-

te à área total da Península Ibérica), é responsável por, aproximadamente, 22% do Produto Interno Bruto nacional e por cerca de 30% das exportações do País. Nesse contexto, a privilegiada situação da Região Sul do Brasil, se comparada com outras partes do País — com base nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano —, não é apenas resultado de suas infra-estruturas produtivas, senão conseqüência das singulares características em que se desenvolveu o processo de colonização a partir da segunda metade do século XIX e da evolução que lhe seguiu. Para os objetivos deste artigo, convém destacarmos dois grandes efeitos do processo colonizador, quais sejam, o de contribuir para a constituição do mais importante setor de agricultores familiares do Brasil e o de, definitivamente, assentar as bases do processo de industrialização regional. Tais efeitos se acham fundamentalmente ligados ao protagonismo dos colonos procedentes da Europa (alemães, italianos e poloneses), os quais, ao longo do tempo, incorporaram às estruturas sociais um *ethos* singular (Gaiger, 1994), que plasmava os traços típicos do campesinato centro-europeu, historicamente vocacionado à diversificação econômica da unidade de produção, ao dinamismo e à construção de um espaço social ancorado na chamada “ética do trabalho” (Anjos, 1995, p. 119). Existe um certo consenso entre os analistas no sentido de afirmar que as raízes da industrialização das zonas setentrionais do Rio Grande do Sul e da vertente oriental de Santa Catarina estejam precisamente associadas ao florescimento dessa “agricultura colonial” e ao processo de acumulação de capital daí resultante, fenômeno no qual não foi menos importante o conhecimento técnico que trouxeram consigo os imigrantes de seus países de origem. A isso teríamos que acrescentar a intensa articulação que se foi desenvolvendo nessas zonas entre certos ramos da atividade industrial e as estratégias das famílias rurais para viabilizar sua reprodução social, conferindo à dinâmica social e econômica da Região Sul um traço diferencial com respeito a outras regiões brasileiras.² Esses traços singulares, como alude Sachs (1990, p. 252-253), são bastante evidentes, posto que:

“As experiências recentes de colonização de terras virgens (no Brasil) têm sido decepcionantes. Não obstante, nos estados do Sul surgiu no passado um modelo de desenvolvimento caracterizado por uma configuração rural-urbana equilibrada, uma agricultura camponesa exitosa e a instalação de empresas industriais de pequena e média escala”.

² O que a literatura internacional denomina “modelo NEC”, ou a chamada “Terza Itália”, aparece identificado, no Brasil, com o caso do setor coureiro-calçadista gaúcho (Schneider, 1994), bem como de outros importantes setores da atividade industrial catarinense, como o têxtil-confecção e o metalúrgico-mecânico, segundo apontam recentes estudos (Raud, 1999).

Entrementes, como é sabido, nem tudo no Brasil meridional supôs o fortalecimento da forma social familiar de produção, senão que, em muitos momentos, ocorreu justamente o contrário. As transformações que a seguir examinaremos apontam justamente o contrário. A evolução que se seguiu, à luz das mudanças introduzidas pela **modernização conservadora**, esteve fortemente marcada por decisivas mudanças demográficas que este texto pretende analisar.

Modernização, exclusão social e desagrarização na Região Sul do Brasil

A Região Sul é ainda a principal zona agropecuária do Brasil, e sua contribuição centra-se fundamentalmente nos cultivos de ciclo anual, concentrando ao redor de 40% da área total explorada no País, com destaque para trigo, tabaco, soja, milho, algodão e cultivos de clima temperado (maçã, pêra, uva e pêssego), bem como para a produção animal, ressaltando-se a suinocultura e a avicultura, na qual a posição sulista é preponderante nos cenários nacional e internacional. Sua participação no plantel suíno brasileiro é de quase 34%, ao passo que, no âmbito da avicultura, ela alcança aproximadamente 47%; e é justamente em função da contribuição dos estados da Região Sul que o Brasil ocupa a condição de um dos mais importantes exportadores mundiais desses produtos. Predomina, entre produtores familiares e grandes complexos agroindustriais, o sistema de integração vertical como relação de produção, havendo, inclusive, surgido novas formas de cooperação, como no caso dos condomínios agrícolas (Anjos; Moyano-Estrada, 2001).

Há no Brasil, segundo o **Relatório FAO/Incra** (2000), um total de 4,86 milhões de explorações agrárias, sendo 85,2% de tipo familiar e 11,4% de tipo patronal. Não obstante, se as explorações familiares concentram 30,5% da área total, responsáveis por 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária nacional e absorvendo escassos 25,3% dos créditos agrícolas, a forma patronal de produção representa 11,4% da exportações, concentrando 68% das terras, 61% do VBP agropecuário nacional e quase 74% dos recursos disponibilizados para financiar a agricultura nacional.

No âmbito da Região Sul do Brasil, o nível de protagonismo da agricultura familiar é muito mais pronunciado. Segundo a mesma fonte, haveria, nessa parte do País, um total de 907 mil unidades familiares de produção (90,5% do total regional), que concentram 43,8% das terras agrícolas, sendo responsáveis

por 57,1% do valor bruto da produção agropecuária e por 83% da força de trabalho empregada na agricultura. Mas, como destacamos anteriormente, a forma adotada pela modernização da agricultura brasileira foi qualificada como eminentemente conservadora, por haver contribuído para a manutenção de um alto nível de concentração da estrutura agrária, em meio à ausência de medidas de redistribuição da propriedade da terra (Guimarães, 1979; Silva, 1982; Martine, 1991). O auge desse processo coincidiu com o período compreendido entre 1965 e 1979, no qual, sob a égide dos Governos Militares e mediante um ambicioso programa de crédito agrícola fortemente subvencionado, houve um intenso processo de assimilação de insumos modernos. Simultaneamente, ampliou-se a base agrária de produção via incorporação de novas terras da “fronteira agrícola” nas Regiões Centro-Oeste³ e Norte do Brasil. Esse processo se intensificou sobretudo diante do interesse do grande capital na valorização de seus ativos (territorialização do capital) e dos generosos subsídios oferecidos pelos Governos Militares para a ocupação de novas terras. O crescimento da produção agrícola brasileira resultou, portanto, do efeito conjunto da extensificação da superfície agrícola e da intensificação gerada através da introdução massiva de insumos modernos no contexto de um processo crescente de industrialização da agricultura (Silva, 1982, p. 123-124). Ambos os caminhos, entretanto, conduziram a ciclos de reconcentração da posse da terra no Brasil. Assim, se, no espaço de tempo compreendido entre 1940 e 1985, o número total de estabelecimentos cresceu 206%, passando de 1.904.508 a 5.834.779, o aumento da área agrícola foi igualmente espetacular, passando de 197.720.247 para 376.286.577 hectares. Mas o fundamental a destacar, em nível de País, é que, atualmente, as explorações com área inferior a 50 hectares, ainda que representem 80,6% do total de estabelecimentos, ocupam apenas 13,2% da área total. No extremo oposto, as unidades agrárias com área superior a 1.000 hectares concentram escassamente 1% do total de estabelecimentos e 41,9% da área total.

Do ponto de vista da Região Sul, o período compreendido entre 1970 e 1996 (último **Censo Agropecuário**) revela que o sentido das mudanças não foi diferente do sucedido no conjunto do País. Assim, se, em 1970, havia um total

³ Segundo as estimativas de Ryff (1988, p. 101), nos anos 70, foram incorporados cerca de 15 milhões de hectares de novas terras de cultivo no Brasil, sendo mais de quatro milhões na Região Centro-Oeste. Ryff assinala a existência de cinco grandes fatores para tanto: o incremento exponencial do crédito agrícola subsidiado; os incentivos ao objetivo de auto-suficiência na produção de trigo; a demanda crescente de cana-de-açúcar, induzida pelo surgimento do Programa Nacional do Alcool; a elevação momentânea dos preços internacionais dos produtos agrícolas; e o relativo grau de eficiência da política de preços mínimos levada a cabo nessa mesma década.

de 1.213.050 estabelecimentos com menos de 100 hectares, que concentravam 19.188.070 hectares (42,2% da área total), em 1996, estes se haviam reduzido a um total de 920.887 explorações, concentrando 16.054.140 hectares (36,2% da área total). Foram fundamentalmente as explorações familiares o setor mais afetado por esse processo, haja vista que, como mostra a Tabela 1, é justamente a condição de “titular e membros familiares” a categoria da população ocupada que mais se reduziu em termos percentuais, no transcurso desse período (1970-96). Ainda que, em 1980, houvesse um sensível incremento no conjunto de pessoas ocupadas, em 1996 o universo declinou para números bastante inferiores aos de 1970, e a espetacular queda (absoluta e relativa) da categoria “titular e membros familiares” indica a natureza das mudanças no contexto de escassas iniciativas governamentais orientadas a neutralizar os efeitos da concentração fundiária e dos processos de produção.

O resultado, dentre outros aspectos, foi o de induzir a um êxodo rural sem precedentes, no qual a população rural da Região Sul do Brasil se viu reduzida de 9.193.066 (55,7% do total) em 1970 para apenas 4.785.617 habitantes (19,1% do total) no ano 2000. Mas, além de provocar esses desdobramentos, outras mudanças aparecem associadas à modernização conservadora da agricultura nacional, as quais, desde os anos 70, começaram a ser identificadas em estudos sobre a evolução da estrutura agrária brasileira. Outrossim, no período subsequente, o tema do êxodo rural literalmente “(...) saiu de moda” (Camarano; Abramovay, 1998, p. 1), tanto em função de se considerar que o pior já teria passado, quanto pelo fato de identificar o declínio da população do campo como tendência inexorável do modelo hegemônico de desenvolvimento. A esses dois grandes fatores, acrescentaríamos um terceiro elemento, qual seja, o total esgotamento dos instrumentais de pesquisa e dos modelos analíticos apoiados numa concepção de abordagem das migrações baseada em critérios eminentemente objetivos e desvinculada do estudo da dinâmica dos processos incidentes sobre as forças sociais. Malgrado alguns avanços que enaltecem a complexidade dessa temática, o elemento inovador de algumas pesquisas recai no esforço de demonstrar que, junto a um certo arrefecimento no êxodo rural, o cenário atual aparece marcado por dinâmicas até então admitidas como de exclusiva incidência no plano dos países industrializados. Mas a aludida desagrarização de nossa sociedade não pode ser valorada exclusivamente do ponto de vista da perda de protagonismo das atividades agropecuárias na composição das contas nacionais, mas como expressão clara e indiscutível do drástico declínio em sua capacidade de ocupar a população ativa do campo.

Tabela 1

Evolução do pessoal ocupado, segundo a condição de trabalho, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná — 1970, 1980 e 1995

a) Rio Grande do Sul

| CONDIÇÃO | 1970 | | 1980 | | 1995 | |
|------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Número | % | Número | % | Número | % |
| Titular e membros familiares | 1 314 904 | 90,9 | 1 502 023 | 86,0 | 1 180 224 | 85,7 |
| Empregados permanentes | 63 573 | 4,4 | 110 030 | 6,3 | 105 738 | 7,7 |
| Empregados temporários | 49 468 | 3,4 | 113 879 | 6,5 | 64 605 | 4,7 |
| Parceiros | 12 862 | 0,9 | 14 217 | 0,8 | 13 559 | 1,0 |
| Outra condição | 6 006 | 0,4 | 6 081 | 0,4 | 12 896 | 0,9 |
| TOTAL | 1 446 813 | 100,0 | 1 746 230 | 100,0 | 1 377 022 | 100,0 |

b) Santa Catarina

| CONDIÇÃO | 1970 | | 1980 | | 1995 | |
|------------------------------------|----------------|--------------|----------------|--------------|----------------|--------------|
| | Número | % | Número | % | Número | % |
| Titular e membros familiares | 708 436 | 92,8 | 741 398 | 88,6 | 618 748 | 86,1 |
| Empregados permanentes | 17 870 | 2,3 | 35 830 | 4,3 | 42 505 | 5,9 |
| Empregados temporários | 30 483 | 4,0 | 53 345 | 6,4 | 46 988 | 6,5 |
| Parceiros | 4 118 | 0,5 | 4 004 | 0,5 | 5 017 | 0,7 |
| Outra condição | 2 594 | 0,4 | 2 178 | 0,2 | 5 436 | 0,8 |
| TOTAL | 763 501 | 100,0 | 836 755 | 100,0 | 718 694 | 100,0 |

c) Paraná

| CONDIÇÃO | 1970 | | 1980 | | 1995 | |
|------------------------------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Número | % | Número | % | Número | % |
| Titular e membros familiares | 1 696 284 | 85,6 | 1 369 230 | 75,7 | 983 329 | 76,4 |
| Empregados permanentes | 132 073 | 6,7 | 193 185 | 10,7 | 143 124 | 11,1 |
| Empregados temporários | 119 126 | 6,0 | 190 483 | 10,5 | 118 699 | 9,2 |
| Parceiros | 24 607 | 1,2 | 50 093 | 2,8 | 18 363 | 1,4 |
| Outra condição | 9 381 | 0,5 | 4 835 | 0,3 | 24 117 | 1,9 |
| TOTAL | 1 981 471 | 100,0 | 1 807 826 | 100,0 | 1 287 632 | 100,0 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 20.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 21.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 22.

A concentração urbana

A intensa evasão da população rural, produzida sob a égide da modernização, aparece associada a outros processos de grande envergadura. Um deles é o da concentração urbana juntamente com todos os problemas vinculados ao intenso deslocamento de trabalhadores desqualificados do campo, ocorrido sobretudo a partir dos anos 60, num país onde historicamente a ocupação territorial se deu de um modo bastante desequilibrado. Através dos dados da Tabela 2, percebemos o crescimento ininterrupto na proporção de pessoas que vivem em municípios com mais de 100.000 habitantes, a qual se viu duplicada entre 1970 e 2000. Mas, se examinamos a evolução da participação percentual dos cinco municípios mais populosos em cada um dos estados meridionais do Brasil (Tabela 3), vemos que, à exceção do caso gaúcho, cujo processo de urbanização é mais antigo — e se mantém sem grandes mudanças na última década —, nos demais estados, cresce a proporção de indivíduos residentes em localidades com essas características. Os fatos reafirmam a correlação positiva entre a rápida urbanização ocorrida na Região Sul do País e a crescente penetração do capitalismo no campo. Estudos como o de Oliveira *et al.* (1990, p. 142) confirmam essa tendência, traduzida no que denominam “metropolização”, na qual grandes cidades e pequenas localidades periféricas existentes em seu entorno se convertem em um imenso aglomerado urbano sustentado pela alta densidade das atividades econômicas.

A investigação levada a cabo por Alonso e Bandeira (1990, p. 109) acentua o perfil da urbanização do Rio Grande do Sul, chamando atenção para os problemas advindos da crescente pressão sobre as infra-estruturas de transporte, comunicação, energia, saneamento e habitação em áreas que manifestam claros sintomas de congestão urbana. Assinalam, portanto, claras evidências de que problemas dessa ordem possam se intensificar consideravelmente no futuro próximo.

No Paraná, segundo Dias (1994, p. 64), o rápido e intenso processo de urbanização dessa unidade federativa possui duas características fundamentais: (a) origina-se a partir do processo de esvaziamento do campo, sob os efeitos da modernização da agricultura; e (b) conduz a um padrão de crescimento urbano concentrado em cidades de maior porte. Do mesmo modo que no Rio Grande do Sul, o processo de concentração urbana (“metropolização”) converte-se em problema de grande envergadura. Os dados que aporta Rolim (1995, p. 57) e as informações registradas nos últimos **Censos Demográficos**, tal como vimos, confirmam essa tendência para os três estados do Brasil meridional.

Tabela 2

Evolução da participação percentual dos municípios de 100.001 ou mais habitantes na população total do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná e no conjunto da Região Sul — 1970-2000

| DISCRIMINAÇÃO | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
|------------------|------|------|------|------|
| RS | 25,0 | 35,2 | 43,6 | 45,2 |
| SC | 17,0 | 23,3 | 33,0 | 38,1 |
| PR | 18,9 | 29,4 | 38,9 | 41,6 |
| Região Sul | 21,0 | 35,3 | 39,6 | 42,3 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1970:** Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.
 IBGE. **Censo Demográfico 1970:** Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.
 IBGE. **Censo Demográfico 1970:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.
 IBGE. **Censo Demográfico 1980:** Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
 IBGE. **Censo Demográfico 1980:** Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
 IBGE. **Censo Demográfico 1980:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.
 IBGE. **Censo Demográfico 1991:** Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
 IBGE. **Censo Demográfico 1991:** Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
 IBGE. **Censo Demográfico 1991:** Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
 IBGE. **Censo Demográfico 2000:** primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Se, até meados dos anos 60, o Paraná representava uma área de fronteira agrícola e destino de migrações internas, no período subsequente a situação se modificou. Entre 1970 e 1980 e entre 1980 e 1991, a taxa de incremento demográfico do Paraná foi de, respectivamente, 0,97 e 0,93, e sua escassa magnitude era fundamentalmente decorrente da saída de amplos contingentes para outros estados brasileiros. Não obstante, nesse mesmo intervalo de tempo, a taxa de crescimento demográfico da Região Metropolitana de Curitiba alcançou, respectivamente, 5,62 e 2,87. Regiões tipicamente agrícolas, como o Oeste paranaense, já apresentavam taxas demográficas negativas (Rolim, 1995,

p. 77), fruto do efeito simultâneo da dinâmica de expulsão engendrada pela modernização e pela concentração das atividades econômicas. Esse quadro é descrito em avaliações feitas no âmbito da Região Sul do Brasil (Schneider, 1994), que acentuam a estreita associação entre modernização e êxodo rural, aos quais se poderia incluir o quadro de concentração urbana como mais um efeito deletério do padrão desenvolvimentista seguido no País. É de se esperar que a descentralização administrativa iniciada a partir da promulgação da Constituição de 1988, junto a outras iniciativas e processos, especialmente o aumento das emancipações de novos municípios, possa atuar no sentido de reduzir o declínio da população rural e da participação dos pequenos municípios na distribuição demográfica. Entrementes, é prematuro fazer prognósticos a esse respeito.

Tabela 3

Evolução da participação percentual dos cinco municípios mais populosos na população total do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná — 1970-2000

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 |
|-----------------------|------|------|------|------|
| RS | 23,2 | 25,8 | 25,6 | 25,5 |
| SC | 19,8 | 23,3 | 24,5 | 25,7 |
| PR | 17,3 | 24,2 | 28,1 | 29,8 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1970**: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

Masculinização e envelhecimento da população rural

O paulatino abandono do campo não é um fenômeno recente e se inscreve como um amplo processo que se intensifica a partir da industrialização e da urbanização das sociedades modernas. A modernização da agricultura, como é sabido, é parte dessa mesma dinâmica, ainda que sua natureza e seu conteúdo evidenciem algumas particularidades. Nesse sentido, é também conhecido o fato de que tanto o êxodo rural como o êxodo agrícola incidam de maneira distinta sobre a população rural, produzindo conseqüências diversas para os diferentes grupos sociais implicados. Nesta seção, à luz das estatísticas disponíveis, examinamos duas grandes tendências verificadas recentemente no âmbito dos estados da Região Sul e que se mostram extremamente preocupantes do ponto de vista dos seus possíveis impactos a médio e a longo prazo para o conjunto da população regional.

A masculinização do campo

Há consenso entre os pesquisadores de que a grande mudança constatada nos últimos anos tem sido a de que o êxodo rural generalizado vem sendo convertido num processo bastante mais seletivo, que preferencialmente remete às cidades a população jovem e altamente produtiva, fato este demonstrado em inúmeros estudos realizados no País, desde os precursores trabalhos de Jean Roche sobre a dinâmica migratória dos teuto-rio-grandenses entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX. Invariavelmente, os pesquisadores partem da premissa de que o êxodo rural é reflexo do desencontro entre o ritmo de recriação da força de trabalho e a disponibilidade de trabalho e ocupação no campo. Aceitar esse suposto não implica desconhecer outras dimensões que devem ser exploradas no exame dessas questões.

Do ponto de vista da organização da unidade familiar de produção, houve uma radical transformação das atividades produtivas. Por um lado, há uma diminuição generalizada dos requerimentos de mão-de-obra, que expressa a vulgarização dos insumos modernos (adubos, herbicidas, inseticidas, equipamentos, etc.), e, de outro, uma masculinização crescente do processo de trabalho, fato que conduz a uma situação na qual a mulher rural, na maior parte dos casos, passa do *status* de fator fundamental no desempenho de inúmeras operações agrícolas à condição de atividade praticamente circunscrita às tarefas eminen-

temente *hogareñas* (cuidado dos filhos, da casa, da horta familiar, preparo da comida, etc.). Temos consciência de que, malgrado a crescente incorporação das inovações tecnológicas, há setores altamente tributários de uma mão-de-obra intensiva, a exemplo do fumo, ou da produção leiteira, onde a participação feminina é até mesmo preponderante. Apesar disso, julgamos que esse suposto é válido para entender os dados que a seguir examinaremos. O campo masculiniza-se *pari passu* com a masculinização da agricultura. A modernização dos processos de produção e a introdução dos chamados insumos modernos devem ser entendidas como o aprofundamento da expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado. E é por isso que os dados apresentados não devem causar surpresa, senão uma preocupação adicional acerca do que pode conduzir o padrão hegemônico de produção centrado na ênfase dos monocultivos e na especialização regional. São particularmente eloqüentes as considerações de Vandana Shiva (1998, p. 3) a respeito dos vínculos existentes entre a masculinização da agricultura e a própria “mentalidade bélica” em que se baseiam os atuais processos de produção, os quais se estruturam em torno do uso massivo de herbicidas e de outras práticas que contrariam os ciclos da natureza e a preservação da biodiversidade.

Do mesmo modo, não podemos fechar os olhos diante da histórica deficiência de infra-estruturas e de serviços sociais reinante nos espaços rurais de um país que se urbanizou de um modo drástico e invariavelmente desordenado. Fruto desse quadro, as oportunidades de ocupação e trabalho são absolutamente limitadas tanto para as mulheres adultas⁴ quanto para os jovens em geral, os quais se mostram fortemente condicionados pelo ritmo ditado pelas necessidades de uma atividade agrária que segue diminuindo seu apetite em termos do “fator trabalho”. Todavia não nos parece lógico desconsiderar o fato de que os procedimentos usuais de transmissão do patrimônio familiar vigentes entre as populações de agricultores familiares da Região Sul do Brasil, arraigados na tradição cultural de descendentes de imigrantes europeus, excluem a mulher da condição de herdeira potencial dos bens e, fundamentalmente, da terra. As práticas adotadas pelas famílias orientam-se segundo arranjos que, via de regra,

⁴ Sob o impacto desse processo, muitas indústrias do ramo “têxtil-confecção” do Litoral Norte catarinense passaram a instalar, a partir dos anos 70 e 80, unidades fabris que empregam fundamentalmente mulheres jovens, residentes, em sua grande maioria, em pequenas explorações familiares. Estudos de Moser (1983) e Sacco dos Anjos (1995) apontam o caráter complementar que se estabelece entre as estratégias de expansão do capital industrial e o desejo de independência econômica do coletivo de mulheres rurais que enfrentam, de um lado, a paulatina expulsão da esfera eminentemente agrícola do estabelecimento e, de outro, um ambiente social convencionalmente marcado pelo peso da autoridade masculina e do patriarcado.

desconsideram o marco jurídico-legal em vigor no País, tratando de compensar as mulheres mediante indenizações praticamente “simbólicas”, como no caso do financiamento de estudos ou mesmo através do dote que leva a jovem ao casar. Trata-se de uma faceta da agricultura familiar sul-brasileira referida em muitos estudos (Seyferth, 1974; Woortmann, 1995). Vistos esses aspectos, examinemos a informação disponível.

Os dados da Tabela 4 revelam que, simultaneamente, ocorre a **masculinização** da população rural e a **feminização** da população urbana. Chamamos atenção para o fato de que a desproporção entre gêneros no confronto entre a população rural e a urbana é bastante semelhante nos três estados da Região Sul do Brasil. Apenas nos dois últimos intervalos de idade (70 a 74 anos e 75 anos e mais), a situação no âmbito rural inverte-se, por força da conhecida superioridade feminina no que afeta à longevidade. Mas se enfocamos a razão entre os gêneros masculino e feminino para a população rural dos estados da Região Sul (Tabela 5), vemos um quadro de desequilíbrio generalizado em grande parte dos estratos etários destacados.

Tabela 4

Índice de masculinização, segundo categorias de idade das pessoas, na população urbana e na rural do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná — 2000

| IDADE | (mulheres/100 varões) | | | | | |
|--------------------|-----------------------|-------|--------|-------|--------|-------|
| | RS | | SC | | PR | |
| | Urbana | Rural | Urbana | Rural | Urbana | Rural |
| De 10 a 14 anos .. | 97,4 | 92,4 | 97,5 | 93,3 | 97,8 | 93,7 |
| De 15 a 19 anos .. | 98,9 | 88,8 | 99,4 | 88,0 | 100,5 | 86,8 |
| De 20 a 24 anos .. | 101,3 | 86,5 | 101,3 | 87,6 | 102,7 | 87,4 |
| De 25 a 29 anos .. | 103,7 | 87,8 | 102,6 | 91,2 | 105,7 | 91,6 |
| De 30 a 34 anos .. | 107,1 | 89,3 | 103,9 | 88,7 | 107,5 | 92,2 |
| De 35 a 39 anos .. | 109,4 | 86,3 | 105,1 | 87,8 | 109,8 | 89,6 |
| De 40 a 44 anos .. | 109,0 | 87,1 | 104,4 | 87,7 | 110,4 | 87,9 |
| De 45 a 49 anos .. | 110,4 | 88,6 | 104,5 | 90,1 | 110,5 | 87,9 |
| De 50 a 54 anos .. | 111,4 | 89,5 | 105,5 | 91,9 | 108,6 | 87,9 |
| De 55 a 59 anos .. | 116,9 | 91,6 | 109,0 | 92,7 | 112,2 | 85,6 |
| De 60 a 64 anos .. | 125,1 | 89,6 | 115,7 | 93,1 | 113,0 | 79,9 |
| De 65 a 69 anos .. | 136,2 | 97,1 | 123,3 | 98,5 | 118,8 | 81,2 |
| De 70 a 74 anos .. | 150,6 | 103,8 | 134,5 | 100,7 | 120,3 | 82,5 |
| 75 anos e mais ... | 186,3 | 131,1 | 156,7 | 114,7 | 135,5 | 95,2 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

Tabela 5

Razão entre gêneros, segundo categorias de idade, na população rural do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e no conjunto da Região Sul — 2000

| IDADE | RS | SC | PR | REGIÃO SUL |
|-----------------------|------|------|------|------------|
| De 10 a 14 anos | 1,08 | 1,07 | 1,07 | 1,07 |
| De 15 a 19 anos | 1,13 | 1,14 | 1,15 | 1,14 |
| De 20 a 24 anos | 1,16 | 1,14 | 1,14 | 1,15 |
| De 25 a 29 anos | 1,14 | 1,10 | 1,09 | 1,11 |
| De 30 a 34 anos | 1,12 | 1,13 | 1,08 | 1,11 |
| De 35 a 39 anos | 1,16 | 1,14 | 1,12 | 1,14 |
| De 40 a 44 anos | 1,15 | 1,14 | 1,14 | 1,14 |
| De 45 a 49 anos | 1,13 | 1,11 | 1,14 | 1,13 |
| De 50 a 54 anos | 1,12 | 1,09 | 1,14 | 1,12 |
| De 55 a 59 anos | 1,09 | 1,08 | 1,17 | 1,11 |
| De 60 a 64 anos | 1,12 | 1,07 | 1,25 | 1,15 |
| De 65 a 69 anos | 1,03 | 1,02 | 1,23 | 1,09 |
| De 70 a 74 anos | 0,96 | 0,99 | 1,21 | 1,04 |
| 75 anos e mais | 0,76 | 0,87 | 1,05 | 0,86 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

NOTA: A razão entre gêneros corresponde ao quociente entre o número de homens e o número de mulheres em cada intervalo de idade.

As situações sul-rio-grandense e catarinense aproximam-se bastante, coincidindo no fato de que é justamente nos intervalos mais jovens da população rural adulta (dos 15 aos 44 anos de idade) que a desproporção entre sexos é máxima. No caso do Paraná, para os mesmos intervalos destacados, a razão entre gêneros é alta. Entretanto tal desproporção é mais elevada nos estratos superiores (dos 55 aos 74 anos). No nosso entendimento, esse fato decorre de que, nesse estado, há um peso bastante mais reduzido da agricultura familiar, se comparado com os demais estados da Região Sul, havendo uma maior presença da mão-de-obra rural contratada (predominantemente masculina) em caráter eventual ou permanente ao longo do ano agrícola. Esses dados refletem o avanço de culturas, como a da soja ou a do algodão, sob a égide da modernização desencadeada nas três últimas décadas, no qual as franjas de agricultura

familiar do sul e do oeste paranaense foram duramente afetadas no sentido do abandono de atividades tradicionais (especialmente café, *citrus* e suinocultura), para dar passo a grandes empresas produtoras de *commodities*. O fato é que os dados agregados para o conjunto da Região Sul não deixam dúvidas de que, apenas no âmbito da população com idade superior aos 75 anos, a razão entre gêneros é inferior a 1, em face das razões anteriormente expostas sobre a maior longevidade feminina.

Ainda que tenhamos recorrido ao confronto entre a população rural e a urbana para chegar a essas conclusões com base nas estatísticas demográficas mais recentes, cabe recordar que há, no Brasil, um sério problema no que afeta à definição sobre o que é precisamente o espaço rural. Como apontam recentes estudos, à semelhança de outros países latino-americanos, como Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana, este é definido como delimitação meramente administrativa e ao arbítrio dos poderes públicos e dos interesses envolvidos.⁵ A existência de algumas casas e de alguns serviços urbanos converte pequenos distritos em zonas urbanas, em que pese ao fato de o rural assumir um caráter eminentemente setorial enquanto espaço fundamentalmente ancorado na produção agropecuária e, como tal, submetido à quase-inexistência de infra-estruturas e serviços públicos. Em virtude disso, incluímos as Tabelas 6, 7 e 8, como um esforço no sentido de realizar uma aproximação, a mais ampla possível, acerca do tema da masculinização, não precisamente com base no corte urbano-rural, mas numa avaliação feita a partir do confronto entre localidades de diferentes tamanhos da Região Sul do Brasil.

Os dados da Tabela 6 mostram que, no caso gaúcho, é justamente nas pequenas localidades (eminentemente rurais do ponto de vista da densidade demográfica) que a masculinização é máxima. Se, nos municípios de até 5.000 habitantes, há 95,4 mulheres para cada 100 homens, nas grandes cidades (mais de 100.000 pessoas) a mesma proporção é de 108,1. Em Santa Catarina (Tabela 7), esse processo mostra-se ainda mais intenso, posto que, nos pequenos assentamentos humanos (até 5.000 habitantes), há 94 mulheres para cada 100 homens. A situação é idêntica no Paraná, segundo indicam os dados da Tabela 8. O equilíbrio entre gêneros ocorre somente a partir dos municípios com mais de 20.000 habitantes. Resulta então que, se, em 1991 (Anjos, 2003), para o conjunto de municípios com mais de 100.000 habitantes dos três estados da Região Sul do Brasil (36 no total), havia 252.623 mulheres a mais que homens,

⁵ Como é sabido, converter espaços rurais e áreas agrícolas em solo urbano permite às prefeituras incrementar enormemente o ingresso de recursos às arcas públicas. O Imposto Territorial Urbano é muito mais alto, e os valores que gera, diferentemente do Imposto Territorial Rural, permanecem integralmente no plano municipal.

o último **Censo Demográfico** (IBGE, 2001) revelou a existência de 40 localidades com essas características, sendo a diferença ampliada para 328.387 mulheres a mais que homens, fato que demonstra que dito processo não se deteve ao longo da década, senão que, inclusive, se viu ampliado. Esses desequilíbrios que marcam a dinâmica demográfica dos espaços rurais se inscrevem no contexto histórico de **desagrarização**, cujos impactos são matéria de renovados debates. Só muito recentemente, começaram a surgir, na literatura brasileira, novas abordagens identificadas com esses temas. Esses trabalhos destacam uma tendência que, segundo eles, passa a incidir, em diferentes níveis, mas indistintamente, em todo o território nacional.

Tabela 6

Distribuição da população, segundo o tamanho dos municípios, o total de habitantes, de mulheres e de homens e o índice de masculinização, no Rio Grande do Sul — 2000

| NÚMERO DE HABITANTES | NÚMERO DE MUNICÍPIOS | HOMENS | MULHERES | TOTAL | ÍNDICE DE MASCULINIZAÇÃO (1) |
|------------------------|----------------------|-----------|-----------|------------|------------------------------|
| Até 5.000 | 194 | 314 765 | 300 330 | 615 095 | 95,4 |
| De 5.001 a 8.000 | 84 | 272 206 | 263 773 | 535 979 | 96,9 |
| De 8.001 a 10.000 | 26 | 114 505 | 112 940 | 227 445 | 98,6 |
| De 10.001 a 15.000 | 41 | 245 510 | 243 459 | 488 969 | 99,2 |
| De 15.001 a 20.000 | 29 | 251 200 | 254 355 | 505 555 | 101,3 |
| De 20.001 a 30.000 | 32 | 392 875 | 394 923 | 787 798 | 100,5 |
| De 30.001 a 50.000 | 19 | 341 570 | 348 654 | 690 224 | 102,1 |
| De 50.001 a 100.000 | 25 | 848 313 | 882 131 | 1 730 444 | 104,0 |
| 100.001 e mais | 17 | 2 213 775 | 2 392 514 | 4 606 289 | 108,1 |
| TOTAL | 467 | 4 994 719 | 5 193 079 | 10 187 798 | 104,0 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

(1) Mulheres/100 varões.

Tabela 7

Distribuição da população, segundo o tamanho dos municípios, o total de habitantes, de mulheres e de homens e o índice de masculinização, em Santa Catarina — 2000

| NÚMERO DE HABITANTES | NÚMERO DE MUNICÍPIOS | HOMENS | MULHERES | TOTAL | ÍNDICE DE MASCULINIZAÇÃO (1) |
|------------------------|----------------------|-----------|-----------|-----------|------------------------------|
| Até 5.000 | 106 | 172 427 | 162 331 | 334 758 | 94,1 |
| De 5.001 a 8.000 | 51 | 164 479 | 157 571 | 322 050 | 95,8 |
| De 8.001 a 10.000 | 25 | 111 969 | 107 417 | 219 386 | 95,9 |
| De 10.001 a 15.000 | 42 | 254 830 | 249 102 | 503 932 | 97,8 |
| De 15.001 a 20.000 | 19 | 167 663 | 165 579 | 333 242 | 98,8 |
| De 20.001 a 30.000 | 14 | 166 986 | 167 633 | 334 619 | 100,4 |
| De 30.001 a 50.000 | 17 | 338 018 | 341 488 | 679 506 | 101,0 |
| De 50.001 a 100.000 | 9 | 289 151 | 298 636 | 587 787 | 103,3 |
| 100.001 e mais | 10 | 1 003 788 | 1 037 292 | 2 041 080 | 103,3 |
| TOTAL | 293 | 2 669 311 | 2 687 049 | 5 356 360 | 100,7 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

(1) Mulheres/100 varões.

Tabela 8

Distribuição da população, segundo o tamanho dos municípios, o total de habitantes, de mulheres e de homens e o índice de masculinização, no Paraná — 2000

| NÚMERO DE HABITANTES | NÚMERO DE MUNICÍPIOS | HOMENS | MULHERES | TOTAL | ÍNDICE DE MASCULINIZAÇÃO (1) |
|------------------------|----------------------|------------------|------------------|------------------|------------------------------|
| Até 5.000 | 95 | 176 416 | 167 999 | 344 415 | 95,2 |
| De 5.001 a 8.000 | 81 | 260 472 | 248 444 | 508 916 | 95,4 |
| De 8.001 a 10.000 | 40 | 182 893 | 177 275 | 360 168 | 96,9 |
| De 10.001 a 15.000 | 65 | 415 049 | 402 042 | 817 091 | 96,9 |
| De 15.001 a 20.000 | 37 | 319 835 | 315 346 | 635 181 | 98,6 |
| De 20.001 a 30.000 | 28 | 346 381 | 344 155 | 690 536 | 99,4 |
| De 30.001 a 50.000 | 23 | 427 375 | 433 088 | 860 463 | 101,3 |
| De 50.001 a 100.000 | 18 | 676 312 | 688 858 | 1 365 170 | 101,9 |
| 100.001 e mais | 13 | 1 932 687 | 2 048 831 | 3 981 518 | 106,0 |
| TOTAL | 400 | 4 737 420 | 4 826 038 | 9 563 458 | 101,9 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

(1) Mulheres/100 varões.

Muitas são as razões aventadas para explicar esse “êxodo seletivo”, ainda que essencialmente apontem a idéia⁶ de que, cada vez menos, o meio rural nacional é capaz de oferecer um ambiente social conveniente às aspirações e

⁶ O predomínio jovem e feminino na migração rural-urbana obedece a mecanismos muito complexos e diversos, associados a situações locais, tendo em vista as enormes diferenças socioeconômicas e culturais reinantes num país de dimensões continentais como o Brasil. Camarano e Abramovay minimizam a hipótese da maior receptividade do mercado de trabalho urbano como detonante dessa dinâmica. A saída do campo aparece associada às dinâmicas intrafamiliares, em que se destaca o fato de que a sobrecarga de trabalho no interior das explorações se soma a inexistência de horizontes futuros de valorização pessoal e profissional (Abramovay *et al.*, 1997 apud Camarano; Abramovay, 1998, p. 10). Outra das hipóteses sugeridas reside na associação entre migrações e formação educacional. A tradição latino-americana evocada por Camarano e Abramovay (1998) é a de que os estudos são valorados num nível superior de importância no caso dos jovens do sexo feminino, diferentemente do caso masculino.

expectativas das mulheres, particularmente das mais jovens. O que parece claro é que não estamos falando de fatos isolados, mas de uma tendência, ao que parece, universal. Já em 1995, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) informava a existência de 5,2 milhões de homens a mais que mulheres no meio rural latino-americano, em que pese ao fato de que, apenas no intervalo compreendido entre 15 e 25 anos de idade, a diferença ascendia a 1,8 milhão ou ao equivalente a aproximadamente 12% (Camaramo e Abramovay, 1998).

O envelhecimento da população rural

Além da masculinização, a outra face da deterioração demográfica de pequenas localidades e de espaços rurais da Região Sul do País consiste no processo de envelhecimento populacional. Os dados apresentados na Tabela 9 reúnem o espaço de tempo compreendido entre os dois últimos decênios, refletindo as mudanças experimentadas nos meios rural e urbano do País, dos estados e da Região Sul em sua totalidade. Resulta claro que há uma diminuição generalizada na participação percentual da população jovem (idade inferior a 14 anos) na população total, como expressão de um duplo movimento de aumento da esperança de vida das pessoas e de drástica redução das taxas de fecundidade. Chama, entretanto, atenção o fato de que esse processo é muito mais intenso na Região Sul do que no conjunto do País, especialmente se observamos a situação do ponto de vista do ambiente rural. Com efeito, segundo mostra a Tabela 9, se, no Brasil, a proporção de jovens rurais (idade igual ou inferior a 14 anos) caiu de 44,16% para 35,02% entre 1980 e 2000, na Região Sul, que já possuía uma população jovem em proporção muito inferior em 1980, houve uma queda consideravelmente mais importante, qual seja, de 39,93% para 28,61%. É possível visualizar a situação de cada uma das unidades federativas, onde o coletivo de pessoas com idade compreendida entre 0 e 14 anos conheceu uma significativa redução em sua participação, superior, inclusive, ao que passou no plano nacional (respectivamente, 9,35%, 11,0% e 12,49% nos casos de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Se, em termos de Brasil, a população rural com idade superior a 15 anos equivale hoje a quase 65%, no caso gaúcho tal proporção corresponde a 74,2%.

Tabela 9

Distribuição percentual da população urbana e rural, segundo grupos de idade, do Brasil, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e da Região Sul — 1980 e 2000

| DISCRIMINAÇÃO | URBANA | | | | | |
|------------------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|------|
| | De 0 a 14 anos | | De 15 a 64 anos | | Maior de 65 anos | |
| | 1980 | 2000 | 1980 | 2000 | 1980 | 2000 |
| Brasil | 35,41 | 28,35 | 60,47 | 65,77 | 4,12 | 5,88 |
| RS | 31,15 | 26,12 | 64,26 | 67,02 | 4,59 | 6,86 |
| SC | 35,72 | 27,82 | 60,77 | 67,06 | 3,51 | 5,12 |
| PR | 36,71 | 28,21 | 59,84 | 66,15 | 3,45 | 5,71 |
| Região Sul | 34,07 | 27,27 | 61,96 | 66,70 | 3,97 | 6,03 |

| DISCRIMINAÇÃO | RURAL | | | | | |
|------------------|----------------|-------|-----------------|-------|------------------|------|
| | De 0 a 14 anos | | De 15 a 64 anos | | Maior de 65 anos | |
| | 1980 | 2000 | 1980 | 2000 | 1980 | 2000 |
| Brasil | 44,16 | 35,02 | 52,05 | 59,26 | 3,79 | 5,72 |
| RS | 35,15 | 25,80 | 60,04 | 65,53 | 4,80 | 8,67 |
| SC | 40,52 | 29,52 | 56,05 | 64,12 | 3,43 | 6,36 |
| PR | 43,48 | 30,99 | 53,75 | 63,30 | 2,77 | 5,71 |
| Região Sul | 39,93 | 28,61 | 56,44 | 64,37 | 3,62 | 7,02 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 1980**: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

Foi para medir a intensidade desse processo de um modo mais amplo que elaboramos as Tabelas 10, 11 e 12, nas quais procedemos à avaliação da situação em cada um dos estados sulistas, em termos do cotejo das populações masculina e feminina, segundo a condição de residência (urbana e rural) e as categorias de idade. O exame da informação disponível detectou duas situações bem distintas. Nesse sentido, se elegemos como núcleo central de análise o grupo de pessoas com idade compreendida entre 10 e 49 anos (a maior parte da população ativa), constatamos significativas desigualdades. Como podemos verificar, 65%, 67% e 65,4% da população masculina urbana do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná encontram-se, respectivamente, nesse intervalo de idade. Entrementes, no âmbito rural, os percentuais são consideravelmente inferiores (61,2%, 63,6% e 62,7%). À medida que se eleva a idade (mais de 50 anos), inverte-se a situação; e é no meio rural que a população masculina, nos três estados, supera significativamente a correspondente no ambiente urbano. Se enfocamos a situação do ponto de vista da população feminina, as diferenças mostram-se ainda mais evidentes. No caso do Rio Grande do Sul, o aludido intervalo de idade concentra nada menos que 63,3% das mulheres urbanas, ao passo que, em Santa Catarina e no Paraná, temos valores equivalentes a, respectivamente, 66,6% e 65,1%. No âmbito rural, a mesma faixa etária concentra 59,1%, 61,9% e 62,6% das mulheres. A partir dos 50 anos de idade, identificamos que o mesmo ocorre no caso dos homens, ou seja, uma superioridade percentual no âmbito rural, se confrontado com o ambiente urbano.

A informação aqui reunida desvela, portanto, claras discrepâncias entre os ambientes rural e urbano, com ênfase no descompasso entre o ritmo de envelhecimento populacional e com uma clara superioridade do primeiro em relação ao segundo. Esses dados permitem supor que o sentido das mudanças tem sido o de conduzir às cidades as camadas mais importantes da População Economicamente Ativa, fazendo com que a renovação da força de trabalho urbana se concretize sobretudo às expensas do desequilíbrio etário e de gênero no mundo rural brasileiro e no meridional em particular. Na investigação desenvolvida por Ingrid Schneider sobre o Rio Grande do Sul, já na primeira metade dos anos 90, identificava-se esse cenário a reafirmar a tese de que, se há claros indícios de um processo de envelhecimento para o conjunto da população, visivelmente no campo isso ocorre com muito maior intensidade. A tendência geral de envelhecimento é atribuída ao incremento da expectativa de vida e ao declínio da taxa de fecundidade. Estamos, portanto, diante de transformações de grande envergadura, que, apesar de incidirem sobre o conjunto da geografia nacional, se mostram como muito mais intensas nos estados da Região Sul.

Tabela 10

Distribuição percentual das populações masculina e feminina, segundo a condição de residência e a idade das pessoas, no Rio Grande do Sul — 2000

| IDADE | URBANA | | RURAL | |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| De 0 a 9 anos | 18,1 | 16,4 | 16,4 | 17,0 |
| De 10 a 14 anos .. | 9,3 | 8,5 | 9,1 | 9,2 |
| De 15 a 19 anos .. | 10,0 | 9,2 | 9,1 | 8,9 |
| De 20 a 24 anos .. | 8,9 | 8,5 | 7,3 | 6,9 |
| De 25 a 29 anos .. | 7,8 | 7,6 | 6,9 | 6,6 |
| De 30 a 34 anos .. | 7,8 | 7,8 | 7,4 | 7,2 |
| De 35 a 39 anos .. | 8,0 | 8,2 | 7,8 | 7,3 |
| De 40 a 44 anos .. | 7,2 | 7,3 | 7,1 | 6,7 |
| De 45 a 49 anos .. | 6,0 | 6,2 | 6,5 | 6,3 |
| De 50 a 54 anos .. | 4,8 | 5,0 | 5,7 | 5,6 |
| De 55 a 59 anos .. | 3,6 | 3,9 | 4,8 | 4,8 |
| De 60 a 64 anos .. | 2,8 | 3,3 | 4,1 | 4,0 |
| De 65 a 69 anos .. | 2,2 | 2,8 | 3,1 | 3,3 |
| De 70 a 74 anos .. | 1,6 | 2,2 | 2,3 | 2,6 |
| 75 anos e mais .. | 1,8 | 3,1 | 2,5 | 3,6 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

Tabela 11

Distribuição percentual das populações masculina e feminina, segundo a condição de residência e a idade das pessoas, em Santa Catarina — 2000

| IDADE | URBANA | | RURAL | |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| De 0 a 9 anos | 18,8 | 17,5 | 18,7 | 19,6 |
| De 10 a 14 anos .. | 9,9 | 9,4 | 10,3 | 10,5 |
| De 15 a 19 anos .. | 10,2 | 9,9 | 10,1 | 9,7 |
| De 20 a 24 anos .. | 9,3 | 9,2 | 8,0 | 7,6 |
| De 25 a 29 anos .. | 8,5 | 8,5 | 7,4 | 7,3 |
| De 30 a 34 anos .. | 8,4 | 8,5 | 7,9 | 7,6 |
| De 35 a 39 anos .. | 8,2 | 8,4 | 7,8 | 7,5 |
| De 40 a 44 anos .. | 6,9 | 7,0 | 6,6 | 6,3 |
| De 45 a 49 anos .. | 5,6 | 5,7 | 5,5 | 5,4 |
| De 50 a 54 anos .. | 4,3 | 4,4 | 4,7 | 4,7 |
| De 55 a 59 anos .. | 3,0 | 3,2 | 3,8 | 3,8 |
| De 60 a 64 anos .. | 2,4 | 2,7 | 3,2 | 3,2 |
| De 65 a 69 anos .. | 1,8 | 2,1 | 2,3 | 2,5 |
| De 70 a 74 anos .. | 1,2 | 1,6 | 1,7 | 1,9 |
| 75 anos e mais .. | 1,4 | 2,1 | 1,9 | 2,4 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

Tabela 12

Distribuição percentual das populações masculina e feminina, segundo a condição de residência e a idade das pessoas, no Paraná — 2000

| IDADE | URBANA | | RURAL | |
|---------------------|--------|--------|-------|--------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| De 0 a 9 anos | 19,4 | 17,9 | 19,7 | 20,8 |
| De 10 a 14 anos .. | 9,9 | 9,2 | 10,6 | 11,0 |
| De 15 a 19 anos .. | 10,1 | 9,6 | 10,5 | 10,1 |
| De 20 a 24 anos .. | 9,4 | 9,2 | 8,3 | 8,1 |
| De 25 a 29 anos .. | 8,5 | 8,5 | 7,4 | 7,6 |
| De 30 a 34 anos .. | 8,2 | 8,4 | 7,4 | 7,6 |
| De 35 a 39 anos .. | 7,6 | 7,9 | 7,1 | 7,1 |
| De 40 a 44 anos .. | 6,4 | 6,7 | 6,1 | 6,0 |
| De 45 a 49 anos .. | 5,3 | 5,6 | 5,3 | 5,1 |
| De 50 a 54 anos .. | 4,2 | 4,4 | 4,5 | 4,4 |
| De 55 a 59 anos .. | 3,2 | 3,4 | 3,9 | 3,7 |
| De 60 a 64 anos .. | 2,6 | 2,8 | 3,3 | 2,9 |
| De 65 a 69 anos .. | 2,0 | 2,3 | 2,4 | 2,2 |
| De 70 a 74 anos .. | 1,5 | 1,7 | 1,7 | 1,5 |
| 75 anos e mais .. | 1,6 | 2,1 | 1,7 | 1,8 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

Um balanço rápido sobre a evolução demográfica brasileira revela que houve um certo arrefecimento na migração campo-cidade. Entretanto o que nos parece absolutamente novo e não menos desafiador reside no efeito combinado de masculinização e envelhecimento da população rural. Tanto a ausência potencial de jovens no meio rural como a desproporção entre sexos podem comprometer a validade de qualquer iniciativa orientada a reverter o quadro de **desruralização** a grandes traços desenhado. No caso específico da Região Sul, desde os anos 70, a taxa de fecundidade total é a mais baixa entre as das regiões brasileiras, e tudo parece indicar que não há perspectiva de mudança na clara propensão de estabilização e/ou de declínio demográfico.

Conclusões

A informação reunida neste artigo é bastante limitada, se temos em mente o universo de questões implicadas. Não temos a mínima pretensão de esgotá-las, mas, essencialmente, de colocar em evidência alguns dos eixos através dos quais é possível avaliar os desdobramentos francamente negativos de um projeto de desenvolvimento levado a cabo no Brasil, fundamentalmente entre os anos 1965 e 1979. Nos albores do século XXI, o quadro, a grandes traços pintado, revela que o País sofreu um violento processo de êxodo rural, sem precedentes⁷ na história universal, impulsionado pela modernização levada a cabo pelos governos militares após o Golpe de 1964. Foi o Estado autoritário o grande indutor de um modelo centrado no incentivo aos produtos de exportação e à criação de um mercado interno para os insumos industriais, e que, em boa medida, expressa o concerto das classes dominantes, que legitimaram a ascensão dos militares ao poder. O cariz autoritário e conservador da modernização brasileira assenta-se não somente na dura repressão aos movimentos sociais e na ampla concessão de incentivos econômicos a setores da agricultura patronal, senão na renúncia ao compromisso de pôr em marcha as transformações estruturais reclamadas pelo conjunto da população.

Os anos 70 e 80 coincidiram com o auge do êxodo rural e de movimentos migratórios inter-regionais; no primeiro caso, ao configurar-se a desativação de milhares de unidades familiares de produção, tragadas, em boa medida, por unidades maiores e apoiadas pelos incentivos governamentais. As explorações familiares, por suas características intrínsecas, não possuíam condições de

⁷ Entre os anos 60 e o final dos anos 90, estima-se que ao redor de 50 milhões de pessoas abandonaram os espaços rurais do Brasil.

afrontar um ambiente econômico cada vez mais competitivo e desfavorável. Junto a isso, soma-se a diferença abissal nas condições de vida entre campo e cidade, que faz com que o agricultor e os habitantes rurais se sintam como verdadeiros cidadãos de segunda classe face aos efeitos do chamado viés urbano na alocação de recursos públicos e privados. O rural assume-se como autonegação de sua transcendência no marco de uma sociedade industrial emergente e eminentemente urbana. Os anos 80, destarte, marcaram um cenário completamente distinto. A crise do Estado e a submissão aos planos de ajuste fiscal dos organismos multilaterais figuram entre os fatores determinantes de um novo padrão de intervenção estatal na agricultura, centrado, agora, na drástica redução do volume de crédito agrícola e na aproximação dos custos financeiros às taxas praticadas pelos demais setores da economia. A desregulação representa uma situação em que os apoios públicos do Estado vão diminuindo e os mercados nacionais se mostram cada vez mais liberalizados e proclives à concorrência internacional. Isso supõe a perda de interesse na agricultura enquanto objeto de inversão de capital, com a qual, paradoxalmente, arrefece, mas não se interrompe, a marcha de desaparecimento de explorações familiares. Segundo vimos, os dados indicam taxas de incremento demográfico que desabaram entre os anos 1980 e 1991, ao passo que, na perspectiva do ambiente rural, a taxa mostrou-se negativa (-0,67%) nesse mesmo intervalo de tempo.

Do ponto de vista da Região Sul do Brasil, o declínio da população rural foi muito mais acentuado, sendo o mais alto entre o de todas as regiões brasileiras. Tudo isso como resultado dos fatores resumidamente expostos: o avanço da modernização nos setores estratégicos aos interesses governamentais e a inexistência de políticas ativas que detivessem o êxodo rural. O último **Censo Demográfico** revelou um declínio ainda mais acentuado no incremento demográfico geral do País, se temos em mente que, no período compreendido entre 1991 e 2000, atingimos uma taxa de 1,64% — a mais baixa da história nacional —, ao passo que, nos estados da Região Sul, o dado foi ainda menor (1,42%). Não obstante, do ponto de vista do “ambiente rural”, persistiu a tendência a taxas negativas de crescimento. Para o País e para o conjunto da Região Sul, temos, respectivamente, -1,31% e -1,99%, confirmando uma tendência ininterrupta de desruralização ao longo do tempo e que se intensificou sobretudo entre os anos 60 e 80, no curso da revolução verde. Toda essa dinâmica conduziu a que, mesmo na região brasileira onde historicamente surgiu um importante setor familiar, responsável indiscutível pela ampliação da oferta de alimentos e de matérias-primas, tais características não se tenham mostrado suficientes para afrontar um ambiente econômico cada vez mais desfavorável.

O círculo fechou-se com a ausência de uma opção clara em apoiar o dito setor da agricultura nacional, e os agricultores viram-se reduzidos à tarefa de gerar produtos orientados a atender às demandas das classes baixas da população ou aqueles que a agricultura empresarial não tinha interesse econômico em se dedicar a produzir.

Apesar disso, os anos 90 trouxeram consigo um cenário até então desconhecido ou pouco estudado, no qual surgiram fenômenos admitidos como de exclusiva incidência no contexto dos países industrializados e maduros em termos da evolução demográfica. Junto à recorrente tendência à concentração da população em grandes centros, é preciso mencionarmos outras dinâmicas. A novidade é que o espaço rural está se convertendo num ambiente fortemente masculinizado e envelhecido. Os dados apresentados, apesar das restrições conceituais, não deixam dúvidas acerca do alcance desses fenômenos, os quais são muito mais intensos no âmbito dos estados meridionais. Ainda que haja pequenas diferenças, o quadro é o mesmo para Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Apesar de aparentemente distintos, ambos os desequilíbrios, de gênero e de idade, realimentam-se reciprocamente, favorecendo o envelhecimento e a queda da natalidade, quadro este amplamente identificado com a realidade de países do Velho Continente. É por esse motivo que não nos parecem distantes as considerações de González (2002, p. 3) sobre a situação da Espanha, nas quais chama atenção para o fato de que ambos os desequilíbrios representam aspectos intrínsecos da dinâmica demográfica dos *habitats* rurais, os quais, no limite, se inscrevem no marco de um processo secular de desagrarização, cujos impactos se tornam matéria de crescente preocupação social. O problema recai fundamentalmente na questão da renovação e da reposição demográfica, que se mostram virtualmente comprometidas. A recente divulgação do último **Censo Demográfico** trouxe consigo dados alarmantes. A taxa de fecundidade brasileira passou de 6,28 para 2,20 filhos, por mulher, entre os anos 60 e o final dos 90. No caso da Região Sul, houve um comportamento semelhante.

Não obstante, se examinarmos a questão na perspectiva do ambiente rural, o cenário é muito mais grave, posto que a diferença em relação ao ambiente urbano é praticamente inexistente em termos das taxas de fecundidade total. No caso gaúcho, como indicam Bandeira (2002) e Jardim (2002), tal declínio foi absolutamente espetacular, passando de 3,40 para 2,28 filhos, por mulher, apenas entre os anos 1970 e 1995. Todavia a queda foi muito mais pronunciada no meio rural, passando de 5,62 para escassos 2,62 filhos por mulher.

Nos anos 80, a prole mais numerosa das famílias rurais atuava como mecanismo natural de compensação para amenizar os efeitos do aludido “êxodo

seletivo”. E é por isso que resulta sumamente eloqüente a situação de comunidades rurais meridionais (Silvestro et al., 2001), onde muitos produtores familiares enfrentam problemas de sucessão pela inexistência de herdeiros. O grande paradoxo reside justamente no fato de que, num mesmo cenário, temos, de um lado, inúmeras famílias que reivindicam a propriedade da terra, e, por outro, as que, face à falta de expectativas e oportunidades, não encontram quem queira permanecer na exploração. São esses alguns dos desafios a serem enfrentados neste começo de milênio. Se a marcha rumo à desagrarização é inevitável, entendida aqui como tendência à redução do grau de importância da agricultura como setor econômico e/ou do ponto de vista da manutenção de emprego e ocupação para o conjunto da população, isso não implica aceitar a tese da **desruralização** como algo inerente à modernidade. Um país que possui a maior superfície agrária do planeta não pode admitir como válidas tais premissas, mas deve buscar um novo projeto de desenvolvimento, que converta a agricultura familiar em instrumento de redução das desigualdades e de ampliação das oportunidades de emprego e renda.

A tese que defendemos neste artigo assenta-se no entendimento de que os fenômenos sublinhados evidenciam os equívocos do modelo centrado na modernização conservadora e na intensificação de monocultivos *a ultranza*. A opção por apoiar concretamente a agricultura familiar pode integrar-se perfeitamente num novo discurso sobre a ruralidade, que proponha a diversificação da produção, a criação e o fortalecimento do tecido social e produtivo das zonas rurais e dos pequenos municípios. Isso implica romper definitivamente com o vício de converter os espaços rurais em substrato exclusivo da produção agropecuária. Se pretendemos impulsionar a consolidação de um meio rural diversificado e ativo, temos que pensar na necessária articulação e na transversalidade das políticas públicas como motores dessa dinâmica, recuperando o protagonismo da intervenção estatal de acordo com essas novas premissas. Em uma palavra: a sociedade brasileira não pode renunciar ao esforço de refletir a respeito da solução dos problemas nacionais, sem que se estabeleça uma clara ruptura com a visão compartimentada da realidade concreta que confronta o rural e o urbano, o agrário e o não-agrário, como pólos extremos e absolutamente irreconciliáveis.

Referências

- ALONSO, José Antônio F.; BANDEIRA, P. S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul, nos anos 80. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. (Coord.). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990, t. 1, p. 67-130.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba, S. Catarina**. Pelotas: UFPEL, 1995.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; MOYANO-ESTRADA, Eduardo. The new forms of economic cooperation in family agriculture: the case of condomínios in Santa Catarina, Brazil. **Journal of Rural Cooperation**, Jerusalem, CIRCOM, v. 29, n. 1, p. 25-45, 2001.
- BANDEIRA, Marilene D. Componentes da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul: fecundidade e mortalidade. In: ACCURSO, J. (Coord.). **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: FEE, 2002, p. 89-126. (Documentos FEE, n. 51).
- CAMARANO, Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21., 1998, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1998.
- COCHRANE, W. W. **The development of american agriculture: a historical analysis**. Minneapolis: University of Minneapolis, 1979.
- DIAS, Maria Luiza M. Demandas sociais. In: IPARDES. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1994, p. 62-76.
- FAO; INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA, 2000.
- GAIGER, Luíz Inácio. A práxis coletiva dos sem-terra rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, UFRGS, v. 6, p.177-203, 1994.

GONZÁLEZ, Juan José. **Juventud rural y relevo generacional en la agricultura**. In: JORNADA TEMÁTICA SOBRE POLÍTICAS DE RELEVO GENERACIONAL E INCORPORACIÓN DE LA MUJER AL MUNDO RURAL, Madrid, 2002. **Libro blanco de la agricultura y el desarrollo**. Madrid: 2002. Disponível em: <http://www.libroblancoagricultura.com> Acesso em: 11 jul. 2003.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (O Mundo Hoje, v. 29).

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 20.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 21.

IBGE. **Censo Agropecuário 1995/1996**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1997, v. 22.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 1991**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: primeiros resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: características da população e dos domicílios, resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

JARDIM, Maria de Lourdes T. Evolução da população do Rio Grande do Sul. In: ACCURSO, J. (Coord.). **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: FEE, 2002, p. 57-88. (Documentos FEE, n. 51).

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MOSER, Anita. **Mulheres da Zona Rural no processo de trabalho industrial**. Porto Alegre: PUC/RS, 1983, 132p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).

OLIVEIRA, N. et al. O processo de urbanização no Rio Grande do Sul: características recentes. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. (Coord.). **A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990, t. 1, p. 131-163.

RAUD, Cécile. **Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir de análise da experiência catarinense**. Florianópolis: UFSC; Blumenau: FURB, 1999, 276p.

ROLIM, Cássio F. (1995). O Paraná urbano e o Paraná do *agrobusiness*: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, IPARDES, n. 86, p. 49-99, set./dez. 1995.

RYFF, Tito. Diagnóstico regional: Regiões Sul e Sudeste. In: AGUIAR, M. de N. (Org.). **A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil: um diagnóstico macro com portes regionais**. Brasília: IPEA/IPLAN, PNUD; Agência Brasileira de Cooperação, 1988, p. 61-135.

SACHS, Ignacy. Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural-urbanas: los casos de India y Brasil. **Pensamiento Iberoamericano**, Madrid, Instituto de Cooperación Iberoamericano, v. 16, p. 235-256, jul./dic. 1990.

SCHNEIDER, Ingrid. Êxodo, envelhecimento populacional e estratégias de sucessão na exploração agrícola. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, FEE, v. 2, n. 4, p. 259-268, 1994.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SHIVA, Vandana. **La masculinización de la agricultura: monocultivos, monopolios y mitos**. Barcelona: GRAIN, 1998. Disponível em: <http://www.grain.org> Acesso em: 11 jul. 2003.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999. (Pesquisas, 1).

SILVESTRO, Milton L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI, 2001.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, parentes e compadres**. Brasília: Unb; Hucitec, 1995.